



1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SOUSEL

VOLUME XII

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO

DISCUSSÃO PÚBLICA

Sousel, novembro de 2024



FICHA TÉCNICA

Coordenação geral

Eng.º Manuel Valério (Presidente da Câmara Municipal de Sousel)

Apoio Técnico CM de Sousel

Eng.º António Dâmaso (Vereador da Câmara Municipal de Sousel)

Arq.ª Alexandra Fale (Chefe da Divisão de Urbanismo, Ambiente, Qualidade e Intervenção)

Arq.ª Teresa Patrão (Técnica Superior)

Dr. Nuno Fernandes (Técnico Superior)

Diretor Executivo e coordenador técnico

Ricardo Tomé (Geógrafo Físico, Msc.)

Gestão de projeto

Ana Isabel Rodrigues (Geógrafa)

Colaboradores técnicos

Ana Isabel Marques (Jurista)

Bogdan Jaranovic (Geógrafo)

Fernando Cabrita (Geógrafo)

Isabel Moraes Cardoso (Jurista)

Jaime Valle (Jurista)

João Marcelino (Geógrafo)

Mónica Sagreiro (Geógrafa)

Rui Mataloto (Arqueólogo)

Sofia Delgado (Eng.ª Química)

Tiago Sousa (Geógrafo)

ESTRUTURA DO PLANO

VOLUME I

Do âmbito e contexto ao enquadramento territorial e quadro de referência estratégico do PDM

VOLUME II

Do conhecimento biofísico ao ordenamento do território

VOLUME III

Da população à socioeconomia

VOLUME IV

Sistema urbano e linhas estruturantes

VOLUME V

Do conhecimento do Património à sua valorização

VOLUME VI

Do estado do ordenamento do território à estratégia de desenvolvimento

VOLUME VII

Planeamento, ordenamento e desenvolvimento do território - condicionantes

Volume VIII

Planeamento, ordenamento e desenvolvimento do território - ordenamento

VOLUME IX

Regulamento do PDM de Sousel

VOLUME X

Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão

VOLUME XI

Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental

VOLUME XII

Avaliação Ambiental Estratégica. Resumo Não Técnico

VOLUME XIII

Elementos complementares

ÍNDICE GERAL DO PLANO

VOLUME I. DO ÂMBITO E CONTEXTO AO ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO DO PDM

PARTE I. DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SOUSEL

- I.1. Território, Sociedade e o PDM como Instrumento de Planeamento
- I.2. Planeamento e ordenamento do território. Da política nacional ao PDM de Sousel
- I.3. O PDM de Sousel. Da Dinâmica ao Procedimento de Revisão
- I.4. O PDM de Sousel de 2.ª Geração. Ambição e objetivos da revisão
- I.5. Metodologia e estrutura do PDM

PARTE II. DO ENQUADRAMENTO TERRITORIAL AO QUADRO DE REFERÊNCIA

- II.1. Enquadramento Territorial
- II.2. Quadro de referência estratégico

VOLUME II. DO CONHECIMENTO BIOFÍSICO AO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PARTE III. SISTEMA BIOFÍSICO E AMBIENTAL

- III.1. O conhecimento biofísico e ordenamento do território
- III.2. O clima e o PDM de Sousel
- III.3. Geomorfologia. Do quadro morfoestrutural aos fenómenos perigosos
- III.4. Hidrogeologia
- III.5. Hidrografia e hidrologia
- III.6. Solos. Famílias e tipos
- III.7. Ocupação do solo
- III.8. Valores Naturais
- III.9. Fenómenos perigosos – Uma Análise Integrada

VOLUME III. DA POPULAÇÃO À SOCIOECONOMIA

PARTE IV. AS PESSOAS E A SOCIOECONOMIA

IV.1. População

IV.2. Base Socioeconómica

VOLUME IV. SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES

PARTE V. SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES

V.1. Estrutura de povoamento e sistema urbano

V.2. Equipamentos

V.3. Infraestruturas

V.4. Acessibilidades e mobilidade territorial

V.5. O ruído

VOLUME V. DO CONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO À SUA VALORIZAÇÃO

PARTE VI. DO CONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO À SUA VALORIZAÇÃO

VI.1. Conhecer para valorizar o património

VOLUME VI. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO À ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

PARTE VII. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO A UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

VII.1. Ordenamento do território e desenvolvimento e o PDM de Sousel

VII.2. A auscultação dos atores locais. Um contributo fundamental para o planeamento e desenvolvimento

VII.3. A situação existente e o quadro de fundo para a concretização da estratégia para o desenvolvimento

VII.4. A concretização da estratégia rumo ao desenvolvimento sustentável do concelho

VOLUME VII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO - CONDICIONANTES

PARTE VIII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

VIII.1. As condicionantes ao uso do solo

VOLUME VIII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO - ORDENAMENTO

VIII.2. Proposta de ordenamento

VIII.3. Compatibilidade e conformidade do PDM revisto com os IGT em vigor

VIII.4. Gestão e operacionalização do PDM de Sousel

VOLUME IX. REGULAMENTO DO PDM DE SOUSEL

PARTE IX. REGULAMENTO DO PDM DE SOUSEL

VOLUME X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RELATÓRIO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

PARTE X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

X.1. Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão

VOLUME XI. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RELATÓRIO AMBIENTAL

X.2. Relatório Ambiental

VOLUME XII. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RESUMO NÃO TÉCNICO

X.3. Resumo Não Técnico

VOLUME XIII. ELEMENTOS COMPLEMENTARES

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

ÍNDICE DO VOLUME XII

PARTE X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	8
X.3. Resumo Não Técnico	9
X.3.1. Introdução	9
X.3.2. Objeto de avaliação: o que se avaliou?.....	10
X.3.3. Objetivos e metodologia da AAE: como se avaliou?.....	12
X.3.4. Quais os Fatores Críticos para a decisão e os critérios de avaliação.....	14
X.3.5. Avaliação Ambiental Estratégica: quais as principais tendências e problemas ambientais relevantes?	16
X.3.6. Avaliação estratégica: o que se conclui sobre os riscos e oportunidades da revisão do PDMS?	23
X.3.7. Quais as principais diretrizes para o seguimento?	28
X.3.7.1 Diretrizes de planeamento e gestão	29
X.3.7.2 Diretrizes de monitorização.....	34
X.3.7.3 Diretrizes de governança.....	36
X.3.8. O que se conclui sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDM de Sousel?	40

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura X.3.1. Passos e atividades no desenvolvimento da AAE ao longo das três fases.....	13
--	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro X.3.1. Os objetivos estratégicos por eixo de ação estratégica para o desenvolvimento do concelho de Sousel.....	10
Quadro X.3.2. Indicadores de avaliação para os objetivos ambientais e de sustentabilidade, por critério de cada FCD	14

PARTE X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

X.3. RESUMO NÃO TÉCNICO

X.3.1. INTRODUÇÃO

O documento que ora se apresenta constitui o **Resumo Não Técnico (RNT)** da **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** da **Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Sousel (PDM S)** da qual faz parte integrante, de acordo com o n.º 2 do artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT) e com a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (RJAAE). O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no Relatório Ambiental (RA).

O RJAAE define como **responsável pela AAE** a entidade responsável pela elaboração do plano sujeito a avaliação, neste caso o **Município de Sousel**. Essa responsabilidade estende-se à determinação do âmbito e alcance da AA, i.e., do que vai ser avaliado e com que detalhe, consulta de entidades e do público, preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

A AAE da revisão do PDMS pretende **avaliar as oportunidades e riscos de natureza estratégica** sobre o ambiente determinados pela alteração do PDM e dar cumprimento ao consagrado no respetivo RJAAE e RJIGT, tendo como **principais objetivos**:

1. identificar, descrever e avaliar os eventuais **efeitos significativos no ambiente** resultantes da aplicação da alteração do plano;
2. a **análise de tendências** e a **avaliação de oportunidades e riscos** das opções estratégicas;
3. a definição das bases de um **programa de seguimento** da implementação do plano.

O RNT, por sua vez, acompanha o relatório ambiental referente à AAE da proposta de revisão do PDMS e tem como objetivo facilitar a divulgação pública da AAE durante o período de consulta pública, apresentando, em linguagem simples e resumida, o conteúdo da avaliação realizada, de forma a permitir que o público se familiarize com as principais oportunidades e riscos relacionados com a revisão do PDMS. Para informação mais detalhada e técnica sobre a AAE da revisão do PDMS deverá ser consultado o Relatório Ambiental.

X.3.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO: O QUE SE AVALIOU?

A **estratégia** e a **proposta de Plano**, elaboradas no âmbito da revisão do PDM de Sousel, constituem o **objeto de avaliação** da AAE consubstanciadas nas opções estratégicas e no modelo territorial que as concretizam, mas também na Proposta de Plano, assente na classificação e qualificação do solo e no respetivo regulamento, baseando-se nos seguintes elementos do plano:

1. Estudos de caracterização e diagnóstico;
2. Relatório da Proposta;
3. Planta de Ordenamento, a qual se desdobra em – classificação e qualificação do solo, Estrutura Ecológica Municipal e Outros limites ao regime de uso;
4. Planta de Condicionantes;
5. Regulamento.

Desta forma, a AAE pretende determinar os **efeitos ambientais da revisão do PDMS**, consubstanciada nos eixos de ação e respetivos objetivos estratégicos (*vd.* Quadro X.3.1)

Quadro X.3.1. Os objetivos estratégicos por eixo de ação estratégica para o desenvolvimento do concelho de Sousel

EAE 1. ECONOMIA

Fortalecer, revitalizar e diversificar a base económica e potenciar o crescimento económico e desenvolvimento locais

- OE.1. Promover a marca Sousel a nível nacional e internacional, alargando-a a outras produções para além do azeite, do gado e do vinho
- OE.2. Apostar no aprofundamento de parcerias com *clusters* agroalimentares no domínio da inovação e tecnologia
- OE.3. Promover ligações com as instituições de ensino superior e politécnico
- OE.4. Constituir espaços para o acolhimento empresarial nas sedes de freguesia, consolidar a oferta no espaço empresarial de Sousel e iniciar a promoção/divulgação da oferta de espaços em eventos dedicados e por via de uma plataforma a instalar na página eletrónica do Município
- OE.5. Potenciar o aproveitamento das energias solar e eólica
- OE.6. Desenvolver um programa de ação integrado para a valorização da Serra de São Miguel, um dos pontos fortes da paisagem com características cénicas excecionais, passando pelo aproveitamento possível da unidade hoteleira e a capitalização de valências como a tauromaquia e os aspetos culturais também associados à religião.
- OE.7. Constituir oferta turística em segmentos por explorar, nomeadamente o turismo de “ar livre”, com especial destaque para o segmento do autocaravanismo, em franca expansão
- OE.8. Em articulação com os municípios limítrofes, criar e ecovia/ciclovía sobre a plataforma da antiga ferrovia, no eixo Estremoz / Sousel / Fronteira / Cabeço de Vide

EAE 2. AMBIENTE

Preservar e valorizar os recursos e apostar num ambiente saudável e seguro, menos vulnerável aos riscos naturais

- OE.1. Defender e valorizar os sistemas biofísicos, os recursos naturais e a paisagem
- OE.2. Desenvolver mecanismos tendentes à restrição das práticas agrícolas intensivas
- OE.3. Promover as boas práticas nas atividades primárias e atender à sustentabilidade dos modos de produção
- OE.4. Desenvolver medidas e ações tendentes à melhoria da gestão e da qualidade dos recursos hídricos, dos solos e do ar
- OE.5. Dotar os aglomerados de espaços verdes e melhorar os existentes, eventualmente em contexto de conceções inovadoras e que integrem perspetivas da arquitetura paisagista

EAE 3. TERRITÓRIO

Ordenar o território, promovendo o equilíbrio da rede urbana, e qualificar o espaço urbano, inclusivo e dotado de infraestruturas e equipamentos de qualidade

- OE.1. Desenvolver medidas e ações no sentido de monitorizar e controlar a expansão do olival intensivo e semi-intensivo
- OE.2. Promover um maior equilíbrio da rede urbana concelhia, dotando os aglomerados de serviços em eventual carência, de possibilidade de expansão dos perímetros em situações justificáveis e de espaços para o acolhimento empresarial
- OE.3. Promover a requalificação das áreas centrais dos lugares e atender às questões relacionadas com a habitação e os constrangimentos do parque habitacional, designadamente o elevado número de imóveis vazios, abandonados ou devolutos
- OE.4. Promover a habitação social e desenvolver medidas no âmbito do mercado de arrendamento
- OE.5. Desenvolver um programa de ação vocacionado para a valorização da Serra de São Miguel
- OE.6. Garantir os acessos e as boas condições de acessibilidade aos aglomerados e às propriedades

EAE 4. SOCIEDADE

Uma população mais jovem e qualificada, e um meio social inclusivo e com maior acesso à crescente oferta de serviços

- OE.1. Desenvolver medidas de incentivo à retenção no concelho de população jovem
- OE.2. Promover medidas de atração de população jovem de outros espaços, incluindo de comunidades estrangeiras com apetência para a fixação
- OE.3. Dotar o território municipal de uma efetiva rede de banda larga, na medida em que esta constitui uma garantia essencial de prestação dos serviços à população
- OE.4. Perseverar na aposta da Economia Social
- OE.5. Recuperar o património edificado, histórico e cultural, no sentido da recuperação para fins habitacionais, equipamentos e serviços públicos, oferta cultural e turística

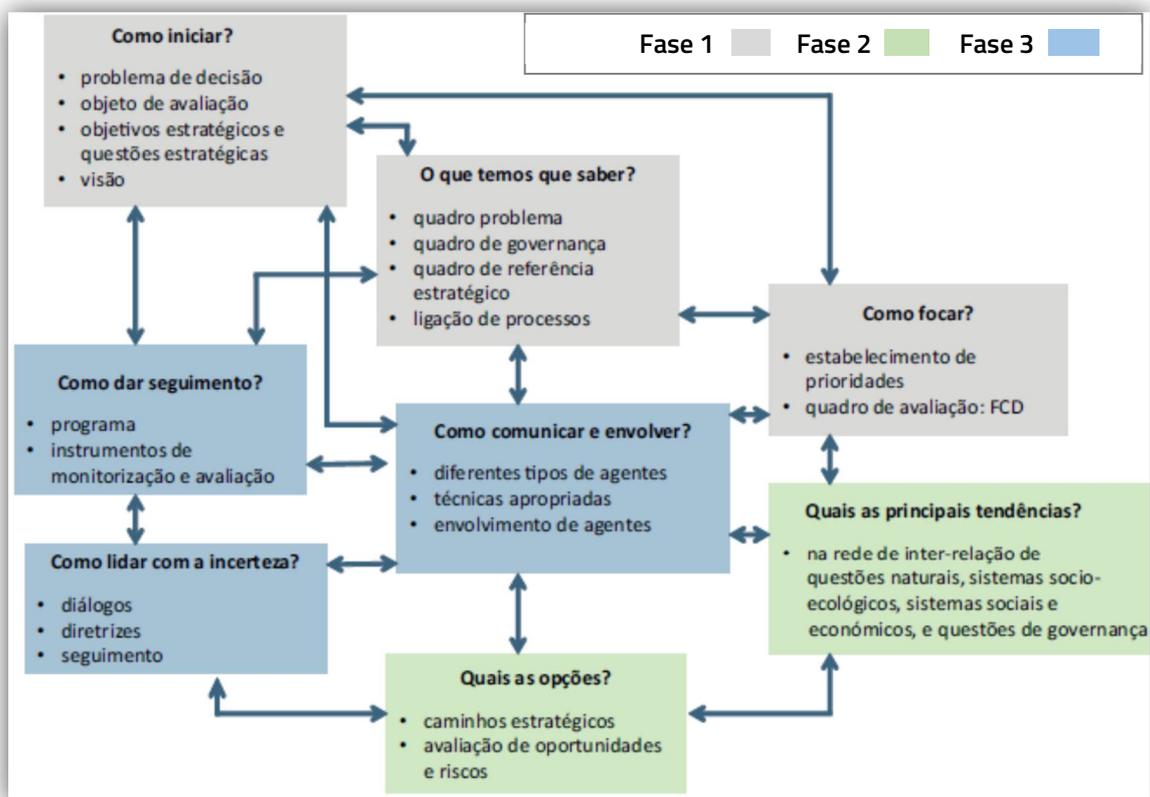
A AAE avaliou assim as opções estratégicas do Plano bem como a forma como estas se materializam no modelo territorial e na regulamentação do mesmo.

X.3.3. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE: COMO SE AVALIOU?

O **propósito** da presente AAE é assegurar, através da adoção de um procedimento, da participação pública e de entidades com responsabilidades em matérias ambientais específicas, que as **consequências ambientais** da revisão do PDMS são **previamente identificadas e avaliadas**, integrando **medidas mitigadoras** que contribuirão para a melhoria da qualidade do ambiente e para a promoção de um desenvolvimento sustentável.

A metodologia seguida na AAE da proposta de revisão do PDMS decorreu em três fases principais (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), nomeadamente:

Figura X.3.1. Passos e atividades no desenvolvimento da AAE ao longo das três fases



Fonte: PARTIDÁRIO, 2012.

A **primeira fase**, respeitante ao “contexto e focagem” consubstanciou-se na elaboração do **Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (RFCD)**, ao encontro dos requisitos legais relativos ao âmbito e alcance da avaliação e pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental, através da **identificação dos FCD**, que são grupos temáticos relevantes, integrados e orientados para a sustentabilidade, refletindo as **macropolíticas relevantes (QRE)**, as **questões estratégicas (QE)** e as **questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)**.

O **Relatório Ambiental** integrou a **segunda** e **terceira** fases da AAE, respetivamente a **avaliação estratégica de impactes** e as **diretrizes para o seguimento** do Plano. Na primeira, procurou-se, sobretudo, avaliar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade do objeto de avaliação, ou seja, partindo da caracterização da situação atual de cada um dos FCD, perceber os impactes ambientais e no desenvolvimento sustentável da

proposta de revisão do PDMS, à luz das questões relevantes expressas nos FCD. As diretrizes para planeamento, gestão e monitorização constituem as bases para um **programa de seguimento** da revisão do PDMS, incluindo um quadro de governança institucional, indicativo de envolvimento, e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do plano.

X.3.4. QUAIS OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

PARTIDÁRIO (2012) sugere que a AAE deve acompanhar a elaboração do Plano desde o seu início, por forma a influenciar todo o processo de tomada de decisão e, assim, ser realmente estratégica. Com efeito, a AAE da revisão do PDMS integrou considerações de sustentabilidade nas decisões de longo prazo, focando-se em fatores críticos para a decisão (FCD), temas estrategicamente relevantes para o concelho.

Os FCD constituem os temas estruturantes, ou seja, as áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente da AAE. Para cada FCD foram definidos objetivos, critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores (*vd. Erro! A origem da referência não foi encontrada.*)¹.

Quadro X.3.2. Indicadores de avaliação para os objetivos ambientais e de sustentabilidade, por critério de cada FCD

FCD1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO		
Critérios	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Indicadores de Avaliação
Dinâmica económica	1.Reforço da base económica	VAB concelho, segundo a CAE-Rev. 3;
	2.Fixação de empresas ambientalmente sustentáveis	N.º de empresas com certificação ambiental;
Fixação de população e melhoria da qualidade de vida	1.Promover a fixação de população em idade ativa no concelho.	Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários;
	2. Promover o acesso da população à habitação de custos controlados/rendas	N.º de alojamentos sociais ou de custos controlados;

¹ Os critérios especificam o âmbito considerado nos FCD e os indicadores definem um instrumento de medida através de uma dimensão analítica.

	acessíveis, sobretudo da mais desfavorecida	
FCD 2. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS		
Critérios	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Indicadores de Avaliação
Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro	1.Reduzir o desperdício de água e apostar na sua eficiente utilização	% de água reutilizada
	2.Promover práticas de gestão agroflorestais sustentáveis	Área agrícola, com adoção de modos de produção sustentáveis.
	3.Diminuição da exposição da população ao ruído e cumprimento dos valores limite legais	População a viver em zonas de conflito
	4.Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos)	Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas
Conservação da Natureza e Biodiversidade, Paisagem e Património Cultural	1.Preservar e valorizar os locais com interesse de conservação e respetivos habitats, valores naturais e paisagísticos	Medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (e.g. fauna, flora, recuperação de habitats, recuperação do estado da galeria ripícola, património natural);
	2.Promover a identificação, conservação, valorização e divulgação do património histórico e cultural;	Medidas implementadas para promover a identificação, conservação, valorização e divulgação do património histórico e cultural;
	3.Manutenção e reforço da Estrutura Ecológica Municipal de forma a garantir a continuidade dos processos ecológicos	Área da EEM
Riscos e Alterações Climáticas	1.Minimizar o grau de vulnerabilidade da população aos riscos naturais, mistos e tecnológicos a que está sujeita	Número de habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco);
	2. Mitigação das alterações climáticas – redução de GEE	Percentagem de redução dos GEE, anualmente;
	3.Adaptação às alterações climáticas	N.º de normas para a promoção da arquitetura bioclimática Projetos, medidas e ações adotadas pelo município, de adaptação às alterações climáticas
FCD3. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO		
Critérios	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Indicadores de Avaliação
Equilíbrio do sistema territorial e Qualificação do sistema urbano	1.Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento do povoamento linear;	Taxa de crescimento da classe “urbano” no uso do solo;
	2.Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer para áreas degradadas e/ou subaproveitadas	N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos
	3. Qualificação das redes de infraestruturas existentes (abastecimento de água, esgotos, pluviais, rede elétrica e	Eficiência das redes de infraestruturas básicas;

	cobertura de internet), melhorando a sua eficiência;	
	4.Promover os modos de mobilidade suave e a acessibilidade para todos na lógica do <i>design for all</i> ,	N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos e nº/km de ciclovias e/ou percursos pedonais criados
Promoção do Território	1. Criar uma imagem de marca forte, ancorada na valorização dos produtos endógenos, património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade para todos;	N.º de ações do plano de marketing territorial desenvolvidas
	2. Aumentar a procura turística nacional e internacional	Taxa de crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais em estabelecimentos de alojamento turístico
	3.Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade	Capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos (camas) e em Estabelecimentos de Alojamento Local (utentes)
FCD 4. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA		
Critérios	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Indicadores de Avaliação
Melhoria dos serviços sociais e promoção de atividades culturais e de desporto	1.Melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	Taxa de ocupação dos centros de saúde, lares e centros de dia para idosos;
	Promover a equidade social e o apoio municipal às populações desfavorecidas	Programas de apoio às famílias mais desfavorecidas;
	2. Promover a atividade cultural e a atividade desportiva	Eventos culturais e de prática desportiva
Participação Pública	1.Promover o uso de novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos	Participação pública online
	2.Criar condições para fomentar o desenvolvimento do associativismo e empreendedorismo	Iniciativas realizadas com o intuito de promover a invocação e o empreendedorismo; Espaços para atividades em cowork e taxa de ocupação.

X.3.5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PROBLEMAS AMBIENTAIS RELEVANTES?

As tendências relevantes observadas no passado e que se pode assumir que se manterão no futuro se nada for feito são, por FCD:

FCD1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O Indicador do Poder de Compra Concelhio (70,35), em 2019, o 2º valor mais baixo do Alto Alentejo.

Indicadores relativos ao ganho médio mensal evidenciam francas melhorias nos anos mais recentes, sobretudo no setor secundário, embora ainda inferiores aos médios regionais e nacionais.

Duas freguesias têm cobertura de redes de alta velocidade fixa superior a 50% e, nas outras duas, a cobertura é inferior a 1%

O número de acessos à internet em banda larga mais do que duplicou nos últimos 8 anos.

Crescimento do setor primário, diversificação do setor secundário, com quebra na “construção” e crescimento das “indústrias transformadoras” com domínio das “indústrias alimentares”, no setor terciário regista-se retração do comércio (nº de estabelecimentos) e aumento nos serviços direcionados para as empresas.

Oferta turística muito reduzida, com muito pouca expressão em termos de unidades e de capacidade de alojamento.

Procura turística muito reduzida, embora se tenha regista um aumento das dormidas já em contexto de pandemia, um valor para a estada média superior ao de qualquer outro concelho do Alto Alentejo e uma clara predominância do peso dos nacionais no total das dormidas.

Valores naturais, paisagísticos, culturais e vivenciais do território com possibilidade de aproveitamento e conversão em produtos turísticos.

Número de desempregados tem decrescido.

Desemprego feminino representa em média 60% nos últimos quase 8 anos, e agravou com a pandemia, e nos últimos anos tem aumentado o peso dos indivíduos mais idosos no universo dos desempregados.

Redução dos beneficiários de subsídios de desemprego.

Em 2011, ativos no setor primário (17,7%), claramente superior ao valor da subregião (9,2%) e do País (5,0%);

Em 2011, para a percentagem de ativos nas atividades secundárias (19,7%), acima do valor subregional (18,5%), mas claramente inferior ao valor nacional (35,1%).

Em 2011, para a percentagem de ativos nas atividades terciárias (62,6%), sobretudo nos “serviços de natureza social”, inferior ao valor subregional (72,3%), mas superior ao valor nacional (59,9%).

Em 2011, 40,9% de população residente tem o trabalho como principal meio de vida.

Bom desempenho em indicadores como a redução das taxas de analfabetismo e de abandono escolar.

Em 2021, a subida recente do número de alunos inscritos no ensino não superior; subida generalizada dos valores relativos às taxas brutas de escolarização nos diferentes níveis de ensino; quedas nas taxas de retenção e as subidas nas taxas de transição conclusão.

Processo de envelhecimento relativamente acelerado.

O peso relativo da população residente estrangeira em Sousel tem vindo a aumentar desde 2011, uma população proveniente essencialmente do espaço europeu.

O concelho terá perdido 714 habitantes na década 2011/2021, o que corresponde a uma perda de 14,1%, superior à verificada para o Alto Alentejo (11,5%)

Como há já mais de 2 décadas, as descidas da natalidade e da fecundidade acentuaram ainda mais os muito baixos valores para o índice sintético de fecundidade e os atuais valores para a renovação de gerações são francamente baixos. Como aspeto positivo, embora com uma expressão muito ténue, destaca-se somente o facto de, em 2020, os grupos etários femininos mais férteis serem os grupos etários 25-34 anos.

A mortalidade em termos absolutos (número de óbitos) decresceu nos últimos 25 anos, em razão das perdas populacionais e do acentuado envelhecimento da população, mas os valores para a taxa bruta de mortalidade aumentaram.

O crescimento natural tem sido regular e persistentemente negativo.

FCD2. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

A precipitação média anual é, nas duas estações meteorológicas com dados, de 519 mm e 552 mm.

Clima mediterrânico, com invernos amenos, com temperaturas médias próximas dos 10° e do verão de 23° .

A insolação média varia entre as 2800 h a 2900 h a nível anual, com elevado potencial de exploração de energia térmica e fotovoltaica.

Duas unidades morfológicas, nomeadamente, uma unidade sobrelevada, com relevo movimentado correspondente à serra de S. Miguel e serra de S. Bartolomeu e uma unidade de relvo aplanado, que ocupa a maior parte do concelho.

Existência de uma pedreira de calcário para construção civil e obras públicas integrada no Plano de Intervenção em Espaço Rústico de S. Bartolomeu e existência de uma pedreira abandonada a necessitar de recuperação.

Massa de água subterrânea Estremoz-Cano com Estado Global inferior a Bom, devido ao Estado Químico.

Massa de água subterrânea do maciço indiferenciado da bacia do Tejo apresenta produtividade baixa, com valores próximos de 4 l/s.

Bom estado quantitativo das massas de água subterrânea.

As massas de água superficiais apresentam estado global "inferior a bom", associado a pressões de origem agrícola, pecuária e urbana.

74% da área do concelho são solos argiluvitados pouco insaturados relacionados com a litologia existente.

As capacidades de uso "A" e "B" ocupam, no seu conjunto $\approx 40\%$ do território do con

A agricultura ocupa cerca de 50% da área do concelho (50% culturas temporárias de sequeiro e regadio e 45% de olival) superfícies agroflorestais ($\approx 29\%$) e florestas ~~destas 22%~~ são $\approx 10\%$ floresta de sobreiros e 20,2% de azinheiras.

Evolução do olival tradicional para intensivo/superintensivo.

O território concelhio encontra-se dividido em três unidades de paisagem distintas, nomeadamente, a unidade de paisagem do “Alto Alentejo – Peneplanície do Alto Alentejo”, a unidade de paisagem do “Alentejo Central – Maciço Calcário Estremoz – Borba- Vila Viçosa” e, por último a unidade de paisagem “Alentejo Central – Montados e Campos Abertos do Alentejo Central”.

O concelho de Sousel não é percorrido por qualquer dos corredores ecológicos do PROF.

Identificada uma significativa área de “Áreas florestais sensíveis” no PROF.

A área da serra, tradicionalmente ocupada por olivais tem vindo a sofrer uma alteração do uso do solo, verificando-se uma transição de um olival tradicional para um regime de exploração intensivo que tem vindo a diminuir a heterogeneidade da paisagem e a biodiversidade

Não se verificam áreas de Rede Natura 2000 no concelho de Sousel.

No concelho de Sousel foram identificados 221 elementos patrimoniais, dos quais seis são classificados e três encontram-se em vias de classificação, o que corresponde a 4,1% do total. Daqueles, 163, ou seja, 73,8% integram a categoria de património arqueológico, demonstrando assim a importância desta categoria no conjunto do património imóvel deste concelho. Os restantes estão incluídos na categoria de património arquitetónico, sejam imóveis isolados ou conjuntos arquitetónicos.

Elementos do património classificado - Igreja matriz de Sousel, Igreja de Nossa Senhora da Orada, Pelourinho de Sousel, Torre de Camões e Imóvel sito na Rua Miguel Bombarda, bem como a Igreja do Convento de Santo António, cujo processo de classificação está a decorrer.

Património de interesse - 184 elementos, sendo que 141 integram a categoria de património arqueológico e, destes, as tipologias mais representativas são os Casais Rústicos (29) e os Habitats (22).

Principais pontos de interesse no concelho: Museu dos Cristos, Fornos de Cal da Serra de São Miguel, Serra de S. Miguel.

Crescente preocupação ao nível da preservação dos recursos históricos e culturais e da proteção e valorização ambiental

De acordo com a PROCIV (2019), a suscetibilidade a ondas de calor é elevada.

O concelho de Sousel insere-se em área de elevada suscetibilidade a secas.

O concelho de Sousel integrado num território semiárido.

Os modelos preditivos elaborados no âmbito da ERAACA, apontam para um aumento das temperaturas máximas, o aumento das temperaturas noturnas e a diminuição dos volumes de precipitação que já atualmente são reduzidos.

Suscetibilidade de contaminação “extremamente baixa” a “moderada a baixa” nas áreas do maciço antigo indiferenciado da bacia do Tejo e de “moderada a alta” a “elevada” perigosidade de contaminação no aquífero Estremoz-Cano.

Áreas de elevada erosão hídrica potencial estão associadas à área de serra, no sul do concelho, e na envolvente de linhas de água.

Maior perigosidade a incêndios rurais nos locais de maior declive dos quais se destacam as serras no setor sul do concelho e nos vales das diversas ribeiras, com clara relevância para a ribeira de Almadafe.

O concelho de Sousel encontra-se na zona de intensidade sísmica oito (8).

A perigosidade sísmica do concelho é de um modo geral baixa, registando setor poente do concelho áreas com elevada perigosidade sísmica, coincidentes com formações não consolidadas.

Baixa perigosidade a cheias de um modo geral.

FCD3. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Em 2021, 40,9% da população do concelho está concentrada na freguesia de Sousel, face a 34,7% em 1981

Crescente peso da população residente nos lugares sede de freguesia.

O concelho de Sousel é caracterizado por um povoamento concentrado e um crescimento urbano marcado pelo fenómeno da aglutinação.

O parque edificado do concelho apresenta fraca dinâmica de crescimento, apresentando variação negativa no nº de edifícios e no nº de alojamentos.

O concelho apresenta um grande peso de edifícios com função exclusivamente residencial.

A idade média dos edifícios ronda os 55,5 anos no concelho.

Na sede de concelho 10% dos edifícios necessitam de grandes reparações ou encontram-se num elevado estado de degradação. Cano apresenta o melhor cenário com 6,1%.

23,5% de edifícios acessíveis através de cadeira de rodas, (35,1% na região).

Cinco Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), duas encontram-se em vigor (ARU de Sousel e do Cano).

O perímetro urbano de Sousel domina ao nível funcional com maior acesso aos equipamentos públicos.

A maioria dos equipamentos localiza-se na sede de freguesia de Sousel (40 %), 23% na sede de freguesia de Cano, 22% Casa Branca e 15% Santo Amaro,

Bom acesso aos serviços públicos de proximidade locais, mas dependência a equipamentos de maior projeção, como por exemplo o tribunal em Portalegre ou o estabelecimento prisional em Elvas.

Sem necessidade de construção de novos equipamentos administrativos a curto-médio prazo.

Museu dos Cristos, com a sua coleção de cerca de 1800 peças de imagens de Cristos, com uma projeção alta.

Necessidade de obras de beneficiação, manutenção, melhoramentos e eficiência energética de: equipamentos desportivos, equipamentos de recreio e equipamentos de segurança pública em particular os sanitários públicos.

Boa cobertura e projeção baixa de equipamentos de educação, incluem a Universidade Sénior de Sousel.

Necessidade do incremento dos serviços prestados nos equipamentos de saúde -afetação de mais meios humanos e criação de uma unidade de cuidados continuados.

Abastecimento de água por cinco captações subterrâneas e uma captação superficial (Albufeira da barragem de Póvoa e Meadas).

De acordo com a ERSAR (2020) registam-se indicadores insatisfatórios no sistema de abastecimento de água.

No concelho de Sousel existem cinco subsistemas de saneamento, que incluem seis ETAR.

De acordo com a ERSAR (2020), registam-se indicadores do serviço em baixa de saneamento e águas residuais de Sousel, insatisfatórios.

Avaliação do sistema municipal de recolha de resíduos de Sousel, ERSAR (2020) inclui indicadores com classificação insatisfatória

No concelho de Sousel existe atualmente um pedido de licenciamento (já aceite pela DGEG) para uma central solar fotovoltaica localizada na Herdade da Rascoa, 86 há, produzirá cerca de 74 GWh anualmente, o que é equivalente ao consumo de aproximadamente 72.960 habitantes, e evitará a emissão de 19.400 ou 34.968 toneladas de CO₂.

Existem pontos Wifi públicos de acesso à internet em todas as sedes de freguesia, que são facilitadores do acesso da população às tecnologias de comunicação.

Prevalece o uso do transporte próprio motorizado, nomeadamente o automóvel (59,9%), seguido das deslocações a pé (25,6), dos transportes coletivos tais como o autocarro (7,9%) e transporte fornecido pela empresa /escola (4,4%), a bicicleta (1,8%) e só depois, com um valor quase residual, o motociclo (0,8%).

Os transportes coletivos têm uma importância maior em Casa Branca, onde representam 20,5% do total de movimentos pendulares, enquanto em Sousel têm um valor de apenas 4,7%.

Estrangulamentos no que diz respeito à acessibilidade proporcionada pelos eixos existentes - estado das vias, falta de sinalização horizontal e vertical.

As ligações a Estremoz e Portalegre, que se processam essencialmente pela EN 245, deverão ser alvo de particular atenção pela importância que detêm no contexto dos fluxos populacionais supraconcelhios.

Caminhos municipais, EM504 e EM508, necessitam de intervenções com vista à sua requalificação e consequente aumento da fluidez e segurança de circulação.

Fecho de caminhos rurais públicos pelos proprietários de herdades.

Necessidade de definição de planos de circulação que visem a melhoria de mobilidade e acessibilidade para todos, nos principais aglomerados, concretamente as sedes de freguesia.

Necessidade de um estudo aprofundado sobre as condições da rede viária no interior dos lugares e um plano para o estacionamento, criando soluções que desincentivem o estacionamento indevido e de longa duração.

Rede de transportes públicos no concelho apresenta algumas debilidades.

Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos.

Não existem ciclovias, ecovias ou ecopistas no concelho.

Percurso pedestre circular "Fantástica Serra de São Miguel" com a extensão de 10,6 km.

Intenção, por parte do Município, em reverter a linha ferroviária numa via de circulação pedonal ou de modos suaves.

Prestígio das marcas do concelho.

Boa articulação agroindustrial.

Declínio da caça, outrora motor de riqueza.

Lacunas no plano da estratégia de promoção do concelho.

Reduzida comunicação associada aos eventos de promoção dos produtos endógenos do território.

Subaproveitamento do potencial turístico do concelho a nível natural, patrimonial e cultural.

FCD 4. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Diminuição do número de pensionistas entre os anos de 2011 e 2020, em 13,6%.

Enorme peso das pensões atribuídas por velhice (67,6%).

Entre 2014 e 2020 o nº de beneficiários de subsídios de desemprego, diminui, embora se tenha registado um aumento em 2020, devido aos efeitos da pandemia.

Os beneficiários com menos de 25 anos e os que têm 55 e mais anos são mais representativos em 2020 do que em 2014.

Em 2011, a taxa de atividade situava-se nos 41,3%, inferior ao da subregião (46,1%).

O contexto do concelho em matéria de ganhos e rendimentos é bastante positivo, consolidado e coeso.

População que vivia dos vários subsídios (3,7%) ligeiramente inferior à do Alto Alentejo (3,8%) e à do País (4,1%).

Todos os aglomerados urbanos possuem um equipamento de saúde, verifica-se uma boa cobertura geográfica e uma projeção é baixa – média.

Dependência de Portalegre (Hospital Dr. José Maria Grande) e Elvas (Hospital Santa Luzia) para aceder aos serviços de saúde mais especializados e aos cuidados continuados integrados.

Existe uma farmácia em Sousel e em Cano, e um posto de medicamentos em Santo Amaro e Casa Branca

Programa SOUSaúde, visa implementar, uma resposta social aos mais carenciados e desprotegidos, participando a aquisição de medicamentos com prescrição médica.

Existem seis equipamentos de solidariedade e segurança social, estando presente pelo menos um em cada uma das freguesias - lares de idosos, e um centro de atividades ocupacionais no Cano (vacionado para dar resposta às necessidades de pessoas com deficiência).

Tendência de decréscimo dos edifícios licenciados para obras de edificação entre 2011 e 2020.

N sede de freguesia, quase 10% dos edifícios necessitam de grandes reparações ou encontram-se num elevado estado de degradação. Cano com 6,1%.

Património cultural e religioso com potencial para integrar percursos turísticos.

Ausência de iniciativas culturais.

Desinvestimento no desporto.

Necessidade de reforçar o envolvimento da população nos processos do dia a dia e em processos de participação pública.

O associativismo ocorre em várias vertentes, principalmente na vertente de desporto, social, cultura, desenvolvimento local e empresarial.

As associações existentes detêm uma projeção média, uma vez que o seu impacto é maioritariamente ao nível do concelho.

X.3.6. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA: O QUE SE CONCLUI SOBRE OS RISCOS E OPORTUNIDADES DA REVISÃO DO PDMS?

As principais oportunidades a longo prazo são, para cada FCD:

FCD1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- Alargamento de perímetros urbanos para espaços de atividades económicas.
- Reforçar as complementaridades entre setores de atividade.
- Incrementar a criação de fileiras produtivas.
- Programa de incentivo à realocização de atividades nos espaços empresariais.
- Potencial de produções agrícolas de nicho.
- Criação de parques empresariais nas freguesias e apoio ao empreendedorismo.
- Potencial de acolhimento da Zona Industrial de Sousel (3.ª fase).
- Aumentar o grau de cobertura do território concelhio pela banda larga.
- Exponenciar os bons resultados e o potencial da Economia Social.
- PARU de Sousel.
- Atual e potencial atração de emprego de fora do concelho.
- Implementar, desenvolver e monitorizar medidas ativas de empregabilidade de grupos mais desfavorecidos.
- Implementar medidas para a retenção de jovens e atração de jovens casais.
- Implementar medidas para aumentar os valores de natalidade.
- Criar programa de apoio à recuperação do edificado.
- Incentivos para atrair população, em particular a de Estremoz, onde o mercado imobiliário está muito inflacionado.
- Promover o transporte público flexível.

FCD2. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

Apostar no ecoturismo, agroturismo e no turismo de natureza tendo por princípio o turismo sustentável.

Delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público.

Criar condicionantes à instalação de indústrias potencialmente poluidoras (degradação de qualidade de vida).

Medidas de proteção do solo e da água.

Regulamentar nos espaços verdes a utilização de vegetação adaptada a condições de maior secura de solo e ar e a menores necessidades hídricas, minimizando as regas.

Promover a adoção de Boas Práticas Agrícolas.

Melhorar a qualidade da descarga das águas residuais urbanas.

Promover a reutilização de água pluvial e residual.

Promover a economia circular contribuindo para otimização de recursos.

Promover a limpeza e manutenção das linhas de água, com o objetivo de criar boas condições de escoamento.

Orientações da comunidade internacional (União Europeia e ONU), com o acompanhamento do Governo de Portugal, para a adoção de políticas e práticas para o desenvolvimento sustentável.

Uma nova abordagem sobre o processo de planeamento e em especial sobre os novos planos: compromisso em aliar o caráter regulamentar do PDM e definição do regime de uso do solo, com a visão estratégica e a execução e operacionalização.

Identificação das principais espécies de flora e fauna e as áreas fulcrais de biodiversidade de forma a procurar medidas que visam combater a sua degradação.

Promoção da paisagem e dos produtos associados à mesma como fonte de atratividade do concelho.

Manutenção das áreas ribeirinhas e recuperação das margens dos cursos de água degradados.

Exploração sustentável do sistema de montado visando a sua preservação e a manutenção das espécies associadas ao mesmo.

Elaboração de um plano estratégico e um programa de ação onde seja identificado o património existente, o seu estado de conservação, necessidades e prioridades de intervenção, entre outros.

Elaboração da Carta Municipal de Património, a ser disponibilizada on-line no site do Município.

ALTERCEXA - Medidas de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas através da Promoção de Energias Alternativas no Centro, Extremadura e Alentejo”.

“Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo (ERAACA)”, em curso.

Orientações da comunidade internacional (União Europeia e ONU), com o acompanhamento do Governo de Portugal, para a adoção de políticas e práticas de adaptação às alterações climáticas.

Desenvolvimento e aprofundamento de novas formas de produção de energias renováveis.

Crescente aposta nas energias alternativas renováveis.

Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo.

Plano de Ação para a Energia Sustentável de Sousel.

Matriz Energética e da Sustentabilidade Energética e Climática do Município de Sousel (2020).

Orientações da comunidade internacional (União Europeia e ONU), com o acompanhamento do Governo de Portugal de resiliência face aos fenómenos perigosos.

FCD3. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Promover a atração de população e aproveitar a atratividade do concelho, expressa nos interessantes valores mais recentes para o saldo migratório.

Estruturar, equipar e dinamizar os lugares sede de freguesia.

Alargamento de perímetros urbanos para espaços residenciais.

Dotar os aglomerados de espaços verdes e melhorar os existentes.

Definir Planos de circulação que visem a melhoria de mobilidade e acessibilidade para todos nos principais aglomerados do município de Sousel, concretamente as sedes de freguesia.

Criar programa de apoio à recuperação do edificado.

Recuperar o património edificado, histórico e cultural, no sentido da recuperação para fins habitacionais, equipamentos e serviços públicos, oferta cultural e turística.

Realizar estudo aprofundado sobre as condições da rede viária no interior dos lugares.

Realizar plano para o estacionamento.

Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos.

Reconverter a linha ferroviária numa via de circulação pedonal ou de modos suaves.

Plano Intermunicipal de Promoção da Acessibilidade do Alto Alentejo.

Requalificação de um vasto património histórico e cultural em Sousel e nas freguesias, para fins de equipamentos coletivos e turismo.

Recuperação da rodovia (eixo) Estremoz / Sousel / Abrantes, melhoria da acessibilidade a Portalegre e a Fronteira.

Alargamento de perímetros urbanos para espaços de atividades económicas.

Promover a execução da ligação rodoviária Estremoz / Sousel / Abrantes melhoria da acessibilidade a Portalegre e a Fronteira.

Em articulação com os municípios limítrofes, criar e ecovia/ciclovía sobre a plataforma da antiga ferrovia, no eixo Estremoz / Sousel / Fronteira / Cabeço de Vide.

Estratégia Local de Habitação.

Promover a marca Sousel a nível nacional e internacional, alargando-a a outras produções para além do azeite, do gado e do vinho.

Diversificar a oferta turística, apostar em segmentos inexistentes (p.e., campismo e autocaravanismo).

Criar parque de campismo com piscinas e outros atrativos.

Criar centro hípico para lazer e terapias - treino de cavalos.

Criar Festival do Azeite e promoção do "olivo-turismo".

Valorizar o território através do desenvolvimento do seu potencial cultural e paisagístico, associada a uma imagem de marca forte e atrativa.

Recuperar a feira de São Miguel.

Desenvolver um programa de ação vocacionado para a valorização da Serra de São Miguel

Valorizar o turismo a nível nacional e internacional.

Aumentar o grau de cobertura do território concelhio pela banda larga.

Em articulação com os municípios limítrofes, criar ecovia/ciclovía sobre a plataforma da antiga ferrovia, no eixo Estremoz / Sousel / Fronteira / Cabeço de Vide.

FCD 4. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Requalificar um vasto património histórico e cultural em Sousel e nas freguesias, para fins de equipamentos coletivos e turismo.

Classificar monumento da Praça de Touros e devida valorização.

Criar o centro hípico para lazer e terapias - treino de cavalos.

Festival do Azeite.

Criar uma unidade de cuidados continuados, implementar medidas municipais com vista à fixação de profissionais de saúde.

Exponenciar os bons resultados e o potencial da Economia Social.

Dinamizar atividade desportiva e o envelhecimento ativo.

Promover Orçamento participativo municipal.

Instalação de redes wi-fi abertas à população em todas as freguesias.

Os principais riscos a longo prazo são, para cada FCD:

FCD1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Os sistemas agrários/fundiários dificultam o desenvolvimento.

Falta de estratégia de promoção do concelho.

A vasta área do concelho em REN (aquífero) limita fortemente o desenvolvimento.

Difícil reversibilidade dos lotes atribuídos na Zona Industrial de Sousel (1.ª fase) não concretizados.

Cristalização da dinâmica turística.

Falta de estratégia de atração turística.

Relativo empobrecimento e quebra do Poder de Compra Concelhio.

Subsiste uma maior expressão do desemprego na população feminina, nos indivíduos dos grupos etários mais avançados, e com um cariz vincadamente sazonal.

Falta de mão-de-obra.

Saída do concelho de jovens qualificados.

Constrangimentos sérios na dimensão, características e oferta do parque habitacional.

Desinvestimento em áreas como o desporto e ausência de dinâmica cultural.

FCD2. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

Risco de contaminação dos recursos hídricos, com a agravante de que parte da população é abastecida por água de origem subterrânea.

Ocupação em grande escala do espaço rural com centrais fotovoltaicas.

As pressões significativas sobre as massas de água com afetação dos sistemas biofísicos.

Os modelos preditivos elaborados no âmbito da ERAACA, apontam para um aumento das temperaturas máximas, o aumento das temperaturas noturnas e a diminuição dos volumes de precipitação que já atualmente são reduzidos.

Destruição do património arqueológico se não forem implementadas medidas para a sua proteção e salvaguarda

FCD3. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Os valores para o saldo migratório aumentaram nos últimos anos da década de 2010/2020, embora a sua sustentação não pareça assegurada.

Parque habitacional devoluto e degradado.

Falta de habitação social.

Não há mercado de arrendamento.

Incapacidade de atrair investimentos para aglomerados urbanos de menor hierarquia.

Concorrência dos concelhos limítrofes no sentido de atraírem população e investimentos.

Incapacidade de atrair investimentos para aglomerados urbanos de menor hierarquia.

Falta de estratégia no domínio da acessibilidade e mobilidade para todos.

Degradação urbana.

Degradação de equipamentos de utilização coletiva.

Inexistência de oferta de habitação.

Falta de uma unidade de cuidados continuados.

Falta de transportes públicos.

Acessos e caminhos degradados.

Falta de estratégia de promoção do concelho.

Cristalização da dinâmica turística.

Falta de estratégia de atração turística.

Desinvestimento no desporto.

Falta de iniciativas culturais (cinema, teatro, música).

Falta de diversificação da oferta turística.

Falta eventos que possibilitem a promoção do território a nível nacional e internacional.

FCD 4. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Relativo empobrecimento e quebra do Poder de Compra Concelhio.

Subsiste uma maior expressão do desemprego na população feminina, nos indivíduos dos grupos etários mais avançados, e com um cariz vincadamente sazonal.

Falta de interesse da população perante os problemas comunitários.

As associações existentes detêm uma projeção média, uma vez que o seu impacto é maioritariamente ao nível do concelho.

X.3.7. QUAIS AS PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO?

As diretrizes de seguimento apresentadas no âmbito da presente avaliação ambiental visam identificar um conjunto de medidas e ações a desenvolver de forma a assegurar um bom desempenho ambiental da proposta de revisão do PDM de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente.

A sua identificação foi realizada com base nos resultados da presente AAE e, em particular, com base nos resultados da avaliação das oportunidades e dos riscos, definindo-se três categorias fundamentais:

1. Diretrizes de planeamento e gestão: orientações identificadas como fundamentais que deverão ser integradas nas ações de planeamento subsequentes à aprovação da proposta de revisão do PDM ou a serem asseguradas no âmbito do modelo de gestão previstos para o território concelhio;

2. Diretrizes de monitorização: correspondem a procedimentos a serem desenvolvidos no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PDM, onde se identificam as variáveis importantes para a sua avaliação, a fonte onde podem ser encontradas, e a periodicidade com a qual devem ser avaliadas;

3. Diretrizes de governança: são identificadas todas as entidades que face aos seus domínios de intervenção e às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, poderão vir a desempenhar um papel importante na implementação do PDM e que poderão contribuir para uma melhor governança no âmbito da sua implementação.

X.3.7.1 DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As diretrizes apresentadas, por critério e por FCD, materializar-se-ão na fase de gestão e operacionalização do PDM. Visam assim influenciar as ações de planeamento e gestão, tentando prevenir e reduzir, e tanto quanto possível, eliminar efeitos adversos significativos no ambiente.

FCD1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Diretrizes de curto prazo (< 1 ano):

Reforçar a política de incentivos à instalação de novas empresas no concelho, sobretudo as que correspondam a projetos sustentáveis, diferenciadores, inovadores e polarizadores multissetoriais, que acrescentem valor ao território, geradores de emprego qualificado e que contribuam para a diversificação da base económica local.

Criar a marca “Sousel” destinada a promover os recursos e produtos locais.

Criar um plano de ação de marketing verde, que crie programas de melhoria ambiental, sensibilizando as empresas para comportamentos mais sustentáveis e que promova o concelho nessa perspetiva.

Apoiar a instalação de projetos de investimento agrícola, que valorizem os produtos locais, comprometidos com o referencial de Boas Práticas Agrícolas.

Promover o investimento no setor turístico associado à qualidade ambiental e paisagística.

Apoiar a instalação de projetos de investimento agrícola, comprometidos com o referencial de Boas Práticas Agrícolas e que valorizem os produtos locais.

Implementar um sistema de apoio/incentivos às empresas locais, fomentando a empregabilidade local.

Incentivar o aumento da bolsa de habitação em regime de arrendamento.

Desenvolver a Estratégia para a Habitação de Sousel, de forma a executar os mecanismos disponíveis para contornar a pouca oferta habitacional e a degradação do edificado.

Promover a melhoria das condições das redes móveis e de internet nas freguesias rurais, num contexto de crescente teletrabalho.

Apoiar a implementação de equipamentos de apoio à população mais vulnerável, ou seja, à população mais jovem e idosos;

Criar programas de apoio à natalidade (e.g. subsídio de maternidade/paternidade, creche gratuita).

Diretrizes de médio prazo (< 5 anos):

Criar zona de atividades económicas atrativa para a fixação de novas empresas, e criação de postos de trabalho.

Promover o investimento no setor turístico associado à reabilitação e recuperação do património arquitetónico e histórico-cultural e à qualidade ambiental e paisagística.

Fomentar a criação de associações de comerciantes e de agentes económicos locais.

Promoção de eventos que permitam o desenvolvimento e a constante inovação de produtos regionais.

Orientar os investimentos (privados e públicos) em torno da imagem de marca criada para o concelho, promovendo a sua divulgação.

Criar condições favoráveis para atrair e reter população jovem e qualificada.

Promover, em conjunto com os centros de emprego e outras entidades qualificadas para esse efeito, políticas de qualificação progressiva e de integração no trabalho da população ativa desempregada;

Criação de programas de certificação das práticas ambientais e empresariais.

Promover a qualificação da mão-de-obra feminina, através de ações de formação, potenciando a sua empregabilidade.

Criar parques de merendas associados a espaços de recreio e lazer, fora da sede de concelho.

Desenvolver modalidades de transporte público intra-municipal com capacidade de colmatar as lacunas sentidas.

Promover a utilização de transportes suaves em contexto urbano.

Diretrizes de longo prazo (> 5 anos):

Promover a reabilitação e manutenção do edificado de propriedade privada.

Requalificar a rede rodoviária municipal e pressionar as entidades responsáveis para a requalificação das vias da rede nacional e regional.

FCD2. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

Diretrizes de curto prazo (< 1 ano):

Incentivar a recolha seletiva de matéria orgânica.

Identificar e controlar todas as possíveis fontes de poluição tóxica e difusa do concelho, para assegurar a resposta rápida e eficaz caso se verifique a contaminação de alguma área.

Promover ações de sensibilização que conduzam à diminuição dos desperdícios de água, e promovam a reutilização da mesma.

Elaborar um plano municipal de gestão sustentável dos recursos hídricos

Maior fiscalização no que respeita à verificação do cumprimento do Código das Boas Práticas Agrícolas, por forma a minimizar as situações de contaminação do solo e das massas de água (superficiais e subterrâneas).

Apostar em programas de acessibilidade e em serviços de transporte público eficazes de forma a reduzir as taxas de motorização e conseqüentemente diminuir a contaminação atmosférica

Promover a compatibilização e gestão integrada de atividades económicas, nomeadamente projetos agrícolas e florestais com a biodiversidade e a conservação da natureza.

Promover ações de sensibilização da população local para a importância da preservação da paisagem e dos recursos locais, promovendo o caminho do desenvolvimento sustentável.

Elaborar estudos de forma a identificar todas as áreas que necessitam de ser conservadas e a respetiva valorização.

Elaborar um Plano Estratégico para o Património

Elaborar a Carta Municipal de Património

Promover a utilização de transportes suaves em contexto urbano.

Desenvolver campanhas de sensibilização dos produtores agrícolas para a adoção de uma fertilização racional, ou seja, uma fertilização por medida reduzindo a quantidade de fertilizantes ao mínimo, bem como a adoção de técnicas que reduzam a aplicação de pesticidas e herbicidas, como forma de reduzir a perigosidade de contaminação de águas subterrâneas e superficiais.

Assegurar a limpeza das florestas e a gestão de combustíveis, assim como, minimizar ao máximo a edificação dispersa, de forma a reduzir a perigosidade de ocorrência de incêndios florestais.

Diretrizes de médio prazo (< 5 anos):

Elaborar um plano municipal de gestão sustentável dos recursos hídricos.

Promover os princípios da Economia Circular nas empresas, nos serviços públicos e junto da população, dinamizando a oportunidade de atividades associadas.

Criar e promover a criação de trilhos pedestres e BTT.

Apostar no turismo de natureza tendo como princípio o desenvolvimento sustentável.

Promover a delimitação dos perímetros de proteção das captações públicas subterrâneas.

Promover medidas de proteção do solo e da água.

Promover a valorização e requalificação das massas de água de superfície, respetivos leitos e margens, e dos ecossistemas aquáticos e fluviais associados, impedindo e/ou invertendo qualquer tendência para a sua alteração, degradação e artificialização.

Apoiar negócios direcionados para a agropecuária, dispostos a investir na conservação das espécies autóctones.

Promover a eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento das águas residuais.

Privilegiar a localização das atividades mais ruidosas (e.g. carpintarias, serralharias, oficinas de automóveis) fora das áreas residenciais

Promover medidas de minimização do ruído proveniente dos eixos principais (e.g. criação de barreiras arbóreas).

Criação de medidas de redução do ruído em espaço urbano devido ao tráfego automóvel (e.g. redução da velocidade).

Sensibilizar a população sobre os efeitos das alterações climáticas e das práticas que podem ser adotadas para que sejam mitigadas as suas consequências.

Promover ações de sensibilização sobre a importância dos recursos hídricos de forma a reduzir os gastos de água, promover a reutilização da mesma e diminuir a possibilidade de contaminação.

Promover a eficiência energética dos edifícios, estimulando a utilização de fontes de energia limpa por parte da administração pública e das empresas, de modo a reduzir os gastos energéticos e a pegada municipal de carbono.

Promover a reabilitação de equipamentos mais antigos, reforçando a sua segurança.

Promover ações de sensibilização da população sobre os riscos naturais, mistos e tecnológicos de forma a minimizar as consequências e a responder de forma mais eficaz em caso de ocorrência de um evento deste género.

Diretrizes de longo prazo (> 5 anos):

Restringir ao máximo a impermeabilização do solo, promovendo a recarga dos aquíferos existentes na área, a respetiva proteção e a disponibilidade hídrica subterrânea.

Promover a compatibilização e gestão integrada de atividades económicas, nomeadamente projetos agrícolas e florestais com a biodiversidade e a conservação da natureza.

Promover ações de sensibilização da população local para a importância da preservação da paisagem e dos recursos locais, promovendo o caminho do desenvolvimento sustentável.

Elaborar estudos de forma a identificar todas as áreas que necessitam de ser conservadas e a respetiva valorização.

Criar e promover trilhos pedestres e BTT.

Promover a utilização de medidas de reforço estrutural antissísmico nas construções.

FCD3. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Diretrizes de curto prazo (< 1 ano):

Promover o transporte público, diminuindo o número de veículos individuais no concelho.

Elaborar um plano de mobilidade e acessibilidade para todos.

Consolidar as medidas previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana de Sousel.

Implementar um programa de (re)construção a custos controlados ou reabilitação de edifícios municipais degradados para habitação.

Diretrizes de médio prazo (< 5 anos):

Criar corredores de ligação (eixos viários, pedonais, espaços verdes) que gerem contiguidades entre os principais aglomerados, na ótica do design for all.

Orientar os investimentos para a colmatação dos espaços intersticiais, em detrimento da ocupação de áreas periféricas, promovendo a economia de solo.

Promover a implementação de projetos de investimento em áreas que apresentem necessidades de requalificação ambiental e urbanística.

Diversificar a oferta de serviços e bens pelos restantes aglomerados do concelho, reduzindo a dependência da sede do concelho.

Promover o dinamismo dos pequenos aglomerados, deslocalizando serviços da administração, por forma a atrair investimento.

Adotar medidas de discriminação positiva para a reabilitação do edificado nos espaços centrais.

Implementar um programa de construção a custos controlados ou reabilitação de edifícios municipais degradados para habitação.

Apoiar a construção de equipamentos destinados ao uso coletivo, de forma a aumentar as atividades existentes para a população.

Melhorar a rede viária do concelho promovendo a circulação em segurança.

Criar uma imagem de marca forte, direcionada para a valorização do património natural e construído, da paisagem e da acessibilidade para todos.

Elaborar de um plano de marketing territorial que permita alcançar a população nacional e internacional.

Diretrizes de longo prazo (> 5 anos):

Criar espaços verdes nos principais aglomerados, vocacionados para o recreio e lazer, associados à identidade local, diminuir o desenvolvimento da ilha de calor urbano e a criação de áreas de descanso para a população.

Consolidar uma rede de equipamentos e serviços de elevada qualidade e com forte diversidade - do desporto, da educação e saúde, da cultura, ao lazer e bem-estar e proceder a intervenções de beneficiação, quando justificável, nos existentes.

Inovar, criando novos recursos turísticos locais, atrativos para turistas e visitantes.

Criar um programa de cariz anual que potencie a realização de eventos culturais (e.g. festivais de música, gastronómicos, produtos artesanais), que identifique e distinga o concelho.

FCD 4. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Desenvolver projeto de transportes públicos por agendamento, fora da sede de concelho.

Desenvolver modalidades de transporte público intra-municipal com capacidade de colmatar as lacunas sentidas.

Criar uma unidade de cuidados continuados, implementar medidas municipais com vista à fixação de profissionais de saúde.

Promover medidas que incentivem a natalidade no concelho.

Promover medidas de envelhecimento ativo e com qualidade.

Desenvolver projetos de cidadania.

Apoiar o associativismo e as parcerias dispondo de uma base de dados dos atores locais por âmbito potencial de ação e fomentando as parcerias entre atores locais (empresários, professores, forças de segurança e proteção civil, ONG, associações e cidadãos anónimos), através de ações para o efeito e garantir a auscultação permanente destes atores locais.

Proporcionar condições materiais adequadas ao desenvolvimento das associações culturais do concelho.

Cultivar e garantir ações de auscultação da população (*bottom-up*) através de fóruns e dinâmicas específicas.

Promover orçamentos participativos.

Fortalecer as relações de cooperação com ONG locais e regionais para a valorização do território.

Promover a melhoria das condições das redes móveis e de internet nas freguesias rurais.

Assegurar que a informação relevante chega à população que irá ser afetada pelas alterações de forma a permitir a sua participação na discussão dos planos e na tomada de decisão.

Sensibilizar a população para a importância da participação pública de forma a evitar que o desenvolvimento do concelho seja guiado por processos que não são apoiados pela generalidade da população.

Integrar no processo de desenvolvimento do concelho as sugestões da população incentivando com esta política uma maior participação e colaboração da mesma.

X.3.7.2 DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

FCD1. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

VAB do concelho, segundo a CAE-Rev. 3

N.º de empresas com certificação ambiental

Crescimento efetivo da população por grupos etários

Alojamentos sociais ou de custos controlados

FCD2. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

% de água reutilizada

Área agrícola e florestal, com adoção de modos de produção sustentáveis.

População a viver em zonas de conflito

Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas

Medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (e.g. fauna, flora, recuperação de habitats, recuperação do estado da galeria ripícola, património natural e cultural, etc.);

Percentagem de área agroflorestal

Medidas implementadas para promover a conservação, valorização e divulgação do património histórico e cultural;

Área de EEM

Habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco)

Percentagem de redução de emissão de GEE

Normas para a promoção da arquitetura bioclimática

Projetos, medidas e ações adotadas pelo município, de adaptação às alterações climáticas

FCD3. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Crescimento da classe “urbano” no uso do solo

Espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos

Eficiência das redes de infraestruturas básicas;

Intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos e n.º/km de ciclovias e/ou percursos pedonais criados

Ações do plano de marketing territorial desenvolvidas

Crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais em estabelecimentos de alojamento turístico

FCD 4. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Atendimento na rede de cuidados e apoio à saúde

Programas de apoio às famílias mais desfavorecidas;

Eventos culturais e de prática desportiva

Participação pública online

Iniciativas realizadas com o intuito de promover a invocação e o empreendedorismo

Espaços para atividades em cowork e taxa de ocupação.

X.3.7.3 DIRETRIZES DE GOVERNANÇA

O envolvimento e colaboração das diversas entidades intervenientes na elaboração e implementação do PDM de Sousel é essencial para o seu sucesso, destacando-se, como entidade fundamental na execução deste, o Município de Sousel. No entanto, existem outras entidades que, face às suas competências, desempenham igualmente um papel de relevo na concretização e operacionalização do PDM, tais como:

1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
2. Assembleia Municipal de Sousel;
3. Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.;
4. Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;
5. Águas do Vale do Tejo, S.A ;
6. ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações;
7. Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC);
8. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
9. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
10. Direção-Geral de Energia e Geologia;
11. Direção-Geral do Território;
12. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
13. Direção Regional de Cultura do Alentejo;
14. IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
15. Infraestruturas de Portugal, S. A.;
16. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
17. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;
18. Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;
19. REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.;
20. Turismo de Portugal, I. P.;
21. Câmara Municipal de Arraiolos
22. Câmara Municipal de Avis

23. Câmara Municipal de Estremoz
24. Câmara Municipal de Mora
25. Câmara Municipal de Fronteira.

A estas entidades deverão ainda associar-se:

1. a População, em geral;
2. as Associações Locais;
3. as ONG - Organizações Não Governamentais;
4. as Entidades/Associações Empresariais;
5. as IPSS - Instituições Públicas de Solidariedade Social;
6. a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

A função do município de Sousel

1. Manter o diálogo institucional com as várias entidades competentes e com as várias escalas de planeamento supramunicipal;
2. Manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas a nível municipal e assegurar o seu enquadramento nas orientações regionais e nacionais;
3. Envidar esforços na atração de investimentos que assegurem a concretização da estratégia definida;
4. Associar à marca Sousel produtos endógenos, o património natural e cultural, a acessibilidade para todos e o modo de vida saudável e sustentável, assegurando a divulgação e valorização do concelho à escala nacional e internacional
5. Desenvolver ações e eventos que promovam e potenciem o turismo e a atração de visitantes ao concelho;
6. Identificar as áreas com elementos de interesse cultural ou natural que se encontrem degradadas e promover a sua recuperação e preservação;

7. Implementar estratégias que fomentem a reabilitação do edificado degradado e funcionalmente desadequado, promovendo novas ocupações com reforço da coesão social e economia local;
8. Assegurar e promover a articulação com os concelhos adjacentes para efeitos de estruturação e implementação da Estrutura Ecológica Municipal de forma a garantir a continuidade dos processos ecológicos à escala regional;
9. Promover, em parceria com as entidades competentes, ações de vigilância e controle que permitam prevenir a ocorrência de riscos (naturais, mistos, tecnológicos, ruído e qualidade do ar);
10. Assegurar em colaboração as entidades competentes, uma correta e eficaz infraestruturação do território concelhio e a dotação dos equipamentos de uso coletivo necessários;
11. Adotar e implementar políticas e medidas destinadas ao combate às alterações climáticas, quer ao nível da mitigação, com incentivos que promovam a eficiência energética e o uso de fontes renováveis de energia contribuindo para a redução das emissões de GEE, por fonte emissora e com ações de plantação/rearborização, quer ao nível da adaptação, interditando/condicionando a ocupação humana de áreas com risco de cheias e inundações;
12. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a detetar comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
13. Promover e apoiar os processos de participação pública;
14. Promover ações de informação e de sensibilização das populações;
15. Disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada sobre o território.

A função das outras entidades governamentais

1. Definir políticas e macro estratégias de ambiente e desenvolvimento sustentável e assegurar a sua integração nas diversas políticas setoriais e a nível municipal;

2. Manter atualizados os diagnósticos, as perspectivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável;
3. Implementar as medidas e recomendações identificadas nos planos e documentos estratégicos e promover ações de monitorização, quando aplicável;
4. Desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
5. Disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada;
6. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A função das entidades não-governamentais

1. Manterem-se informadas sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. Promover a participação pública e o esclarecimento da população;
3. Colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e minimização de impactes ambientais;
4. Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria ambiental;
5. Desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
6. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A função das entidades / Associações empresariais

1. Manterem-se informadas sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. Participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal;

3. Adotar práticas diárias e modelos de responsabilidade no estabelecimento dos objetivos de produção e na gestão operacional que evitem a sobre-exploração e a degradação dos recursos;
4. Adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética.

A função da população / Associações locais

1. Manterem-se informadas sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. Participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente pela Câmara Municipal;
3. Adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética;
4. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
5. Criar comissões de bairro.

X.3.8. O QUE SE CONCLUI SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO PDM DE SOUSEL?

A estratégia preconizada na revisão do PDM de Sousel encontra-se ancorada em desígnios de sustentabilidade ambiental, social, económica e institucional, abrindo caminhos e oportunidades para alcançar a visão assumida em sede de estratégia de desenvolvimento.

A necessidade de **diversificar a base económica e potenciar o seu desenvolvimento** assume-se como um dos objetivos plasmados na estratégia de desenvolvimento do concelho de Sousel através da **criação de condições para a instalação de atividades complementares ao setor** agrícola, preferencialmente, no domínio da inovação e tecnologia consubstanciada na aposta em ligações com as instituições de ensino superior, na **promoção do concelho** sustentada nos produtos endógenos com destaque para a fileira agroindustrial, na **promoção de uma oferta turística diversificada**, sustentada em serviços de qualidade que promovam os valores naturais, paisagísticos e culturais do território.

O setor do turismo é assumido com o propósito de diversificar a base económica do concelho, contribuindo para **captar e fixar população**, contrariando a tendência de decréscimo da população residente. Contudo, para o desenvolvimento sustentável do setor turístico é imperativo apostar na qualificação territorial, dos recursos e do ambiente.

Efetivamente, **preservar e valorizar os recursos e apostar num ambiente mais saudável e seguro**, menos vulnerável aos riscos naturais, bem como ordenar o território, promovendo o equilíbrio e o policentrismo da rede urbana e qualificar o espaço urbano (inclusivo e dotado de infraestruturas e equipamentos de qualidade) constituem linhas estratégicas orientadoras da revisão do PDM de Sousel.

A compatibilização das práticas agroflorestais com a preservação do ambiente natural constitui também uma preocupação patente na estratégia de desenvolvimento do PDM de Sousel, nomeadamente pela criação da Estrutura Ecológica Municipal.

Ao nível do território, registam-se como principais objetivos estratégicos a criação e **melhoria dos espaços públicos** de recreio e lazer do concelho, numa lógica de **acessibilidade para todos**, a qual se deverá estender a outros projetos municipais e privados, potenciando a fixação de população e dinamizando o enorme potencial de atração de visitantes e turistas para o território e a promoção e dinamização do património cultural.

A concretização dos objetivos estratégicos associados ao ambiente e território deverá funcionar como fator propulsor do objetivo estratégico de crescimento económico e desenvolvimento e que, simultaneamente, seja impulsionado pelo mesmo. De forma complementar, o objetivo estratégico de **promoção ambiental** visa a **minimização da vulnerabilidade do território aos riscos naturais, mistos e tecnológicos**, que assumem especial importância num contexto de alterações climáticas.

Assim, foram identificados um número reduzido de riscos, não foram identificadas incompatibilidades entre a estratégia proposta e os **objetivos gerais de ambiente e sustentabilidade**, o que se pode justificar pelas preocupações ambientais manifestadas em sede de concretização da estratégia de desenvolvimento. Este procedimento garantiu, por um lado, a coerência com as estratégias regionais, nacionais, europeias e internacionais e, por outro, a estreita relação entre o desenvolvimento das orientações estratégicas do plano e o processo de avaliação ambiental, concretizada na permanente troca de impressões com o intuito de conferir elevados índices de sustentabilidade à estratégia preconizada.

A revisão do PDM de Sousel configura um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico, ambiental e institucional, que incrementarão a qualidade de vida e a coesão social e territorial do concelho.